

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.219 - RS (2019/0337896-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : CAIXA SEGURADORA S/A
ADVOGADO : HUGO ANTÔNIO DE BITENCOURT - RS011763
RECORRIDO : CARLOS ANTONIO MARQUES ANDERSSON
ADVOGADOS : MÁRCIA DE OLIVEIRA AFONSO - RS048875
GREGORI DALGAIS DA CUNHA - RS085153
ANDRÉ LIMA DA ROSA - RS087169

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por **CAIXA SEGURADORA S.A.**, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 178, e-STJ):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. CRÉDITO RECONHECIDO EM DEMANDA JUDICIAL. COBRANÇA DE DIFERENÇAS SALARIAIS. NATUREZA SALARIAL. IMPENHORABILIDADE. 1. O crédito pretendido em demanda própria, cuja causa de pedir é a cobrança de diferença salarial e demais rubricas remuneratórias não pagas, é impenhorável. 2. A verba se reveste de caráter salarial, não tendo o condão de afastar essa condição o fato de ter sido postulada judicialmente. 3. Precedentes desta Corte. 4. Recurso provido. DERAM PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos, nos termos da ementa de fl. 203, e-STJ:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. VÍCIO INEXISTENTE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. ERRO MATERIAL. Ausente vinculação da fundamentação deduzida com as hipóteses do art. 1.022, do Código de Processo Civil, ou seja, obscuridade, omissão ou contradição existente na decisão embargada. Inocorrente o efeito integrativo. Interesse da parte em forçar novo reexame do decisum. Não se rediscute a decisão de mérito, notadamente quando lançada nos moldes exigidos pelo artigo 93, inc. IX, da Constituição Federal. A fundamentação do acórdão embargado relativamente a inviabilidade da penhora de verba salarial é suficiente e deverá ser mantida. Inviável conferir efeito infringente à decisão, porquanto o acórdão embargado não demonstra ter contradição, obscuridade ou omissão. Recurso acolhido apenas para corrigir erro material aos efeitos de substituir a expressão “Recurso não provido” (fl. 07 do aresto), por “Recurso Provido”. ACOLHERAM EM PARTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PARA CORRIGIR ERRO MATERIAL.

Em suas razões recursais (fls. 215-231, e-STJ), a recorrente aponta, além de

Superior Tribunal de Justiça

dissídio jurisprudencial, ofensa ao artigo 833, IV, e § 2º, do CPC/15.

Sustenta, em síntese, que as sobras salariais são penhoráveis e defende a possibilidade de constrição dos valores que excedam a 50 salários mínimos para pagamento de dívida não alimentar. Acrescenta que as verbas pleiteadas na demanda ostentam caráter indenizatório.

Sem contrarrazões (fl. 265, e-STJ).

Após decisão de admissibilidade do recurso especial (fls. 274-287, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irrisignação merece prosperar.

1. A recorrente aponta violação ao artigo 833, IV e §2º, do CPC/15, sustentando que as sobras salariais são penhoráveis e defende a possibilidade de constrição dos valores que excedam a 50 salários mínimos para pagamento de dívida não alimentar. Acrescenta que as verbas pleiteadas na demanda ostentam caráter indenizatório.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 180-184, e-STJ):

A impenhorabilidade tem fundamento no artigo 833, IV, do Código de Processo Civil/15, porquanto o crédito que a parte agravada ostenta junto à União Federal advém de ação judicial na qual foi cobrado o percentual de 28,8% de diferenças salariais referentes a vencimentos mensais, gratificações natalinas, férias anuais com adicional de 1/3, além de vantagens relativas a progressão funcional e adicional por tempo de serviço.

Dispõe o art. 833, em seu inciso IV, do NCPC:

(...)

De fato, a diferença salarial cobrada nos autos da aludida ação, como o próprio nome indicada, possui natureza salarial, apenas tendo sido reconhecido o direito em momento posterior àquele em que os valores deveriam ter sido pagos pela União. Ainda que pagos/recebidos tardiamente, após reconhecimento judicial, este crédito não perde sua natureza alimentar, pois não deixa de ser salário.

Pondere-se que o crédito da agravada Caixa Seguradora é de certa de R\$ 75.000,00, ao passo que o valor indenizatório do agravado é de R\$ 167.000,00, modo pelo qual haverá redução substancial, na medida que a dívida em execução terá correção monetária e juros de mora.

Assim, o crédito pretendido em demanda própria, oriundo de diferenças salariais, é impenhorável, porquanto a forma como é buscado não autoriza afastar sua condição de verba alimentar.

(...)

Nesse cotejo, é caso de dar provimento ao agravo de instrumento para determinar o levantamento da penhora no rosto dos autos do processo n. n. 5003040-33.2015.4.04.7110. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, após exame das peculiaridades do caso concreto, determinou o levantamento da penhora no rosto dos autos da demanda mencionada ao constatar que o crédito pretendido ostenta natureza salarial, sendo

Superior Tribunal de Justiça

impenhorável ante sua condição de verba alimentar.

Todavia, o entendimento do Tribunal *a quo*, no ponto, destoa da jurisprudência deste Tribunal Superior sobre a matéria, segundo a qual *"a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressaltando-se eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família"* (AgInt no REsp 1407062/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019, DJe 08/04/2019, grifou-se).

No mesmo sentido, citam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA. VALOR RECEBIDO EM AÇÃO TRABALHISTA. NATUREZA SALARIAL IMPENHORABILIDADE, REGRA. EXCEÇÕES DISPOSTAS NO ART. 833, § 2º, DO CPC/15. ACÓRDÃO RECORRIDO CONFORME JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. ADEMAIS, SÚMULA 7/STJ. 1. (...). 2. A jurisprudência do STJ vem entendendo que "a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressaltadas eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família" (Resp 1.407.062/MG. Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019). 3. Estando, pois, o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior, incide a Súmula 83/STJ, aplicável, também, às hipóteses de interposição pela alínea "a" do permissivo constitucional. 4. Ainda que assim não fosse, tem-se que o acolhimento da pretensão recursal exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. Agravo interno provido para reconsiderar a

Superior Tribunal de Justiça

decisão da Presidência desta Corte de fls. 928-929, e negar provimento ao agravo em recurso especial de fls. 905-917 Pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial prejudicado. (Agint no AREsp 1.486.968/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/09/2019, DJe 10/09/2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **PENHORA DE PRECATÓRIO DE NATUREZA ALIMENTAR. POSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS N. 7 e 83/STJ.** AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO. ARTIGOS 932, III, E 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. NÃO PROVIMENTO. 1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 2. O Tribunal de origem julgou nos moldes da jurisprudência desta Corte. Incidente, portanto, a Súmula 83/STJ. 3. Nos termos do art. 1021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e da Súmula 182/STJ, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.392.007/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25.06.2019, DJe 01.07.2019) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. NOTA PROMISSÓRIA VENCIDA E NÃO PAGA. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DE SUCUMBÊNCIA. IMPENHORABILIDADE DOS HONORÁRIOS DE PROFISSIONAL LIBERAL. **EXCEÇÃO DO §2º DO ART. 833. PENHORA DAS IMPORTÂNCIAS EXCEDENTES A 50 SALÁRIOS MÍNIMOS. FLEXIBILIZAÇÃO. INADMISSIBILIDADE.** 1. Execução ajuizada em 20/09/12. Recurso especial interposto em 23/11/17 e atribuído ao gabinete em 18/05/18. Julgamento: CPC/15. **2. O propósito recursal no STJ consiste em definir o alcance do art. 833, §2º, do CPC/15, sobretudo, se a penhora pode ser reduzida para 30% dos honorários advocatícios a serem recebidos em outro processo, em vez do parâmetro legal de 50 salários-mínimos.** 3. **Utilizando o mesmo raciocínio em que se baseou esta Corte ao interpretar o processo de execução no código revogado, deve ser preservada a subsistência digna do devedor e de sua família. A percepção de qual é efetiva e concretamente este mínimo patrimonial a ser resguardado já foi adotada em critério fornecido pelo legislador: 50 salários-mínimos mensais.** 4. Será reservado em favor do devedor pelo menos esta quantia, ainda que os valores auferidos a título salarial entrem para a sua esfera patrimonial de uma única vez e não mensalmente e, por este motivo, excedam eventualmente muito mais do que este critério prático e objetivo. 5. Recurso especial conhecido e não provido. (REsp 1.747.645/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07.08.2018, DJe 10.08.2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E PENSIONAMENTO. ERRO MÉDICO. **INDISPONIBILIDADE DE QUANTIA NO ROSTO DOS AUTOS DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. MITIGAÇÃO DA NATUREZA ALIMENTAR DA VERBA. POSSIBILIDADE.** OFENSA AO ART. 489 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. ACÓRDÃO RECORRIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. OMISSÕES. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. NÃO PROVIMENTO. 1. Não há ofensa ao art. 489, do CPC/2015, quando o acórdão recorrido analisa todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, embora de forma contrária ao interesse da parte recorrente, não se configurando ausência de fundamentação na prestação jurisdicional. 2. O acórdão recorrido analisou todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, não se configurando omissão alguma ou negativa de prestação jurisdicional. 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ). 4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1.421.116/SC, Rel. Ministra MARIA ISABEL GELLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10.09.2019, DJe 18.09.2019) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PENHORA. **VALOR RECEBIDO EM AÇÃO TRABALHISTA. NATUREZA SALARIAL IMPENHORABILIDADE, REGRA. EXCEÇÕES DISPOSTAS NO ART. 833, § 2º, DO CPC/15. ACÓRDÃO RECORRIDO CONFORME JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. ADEMAIS, SÚMULA 7/STJ. 1. (...). 2. A jurisprudência do STJ vem entendendo que "a regra geral da impenhorabilidade dos vencimentos, dos subsídios, dos soldos, dos salários, das remunerações, dos proventos de aposentadoria, das pensões, dos pecúlios e dos montepios, bem como das quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, dos ganhos de trabalhador autônomo e dos honorários de profissional liberal poderá ser excepcionada, nos termos do art. 833, IV, c/c o § 2º do CPC/2015, quando se voltar: I) para o pagamento de prestação alimentícia, de qualquer origem, independentemente do valor da verba remuneratória recebida; e II) para o pagamento de qualquer outra dívida não alimentar, quando os valores recebidos pelo executado forem superiores a 50 salários mínimos mensais, ressalvadas eventuais particularidades do caso concreto. Em qualquer circunstância, deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família" (Resp 1.407.062/MG. Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 26/02/2019). 3. Estando, pois, o acórdão recorrido em harmonia com a orientação firmada nesta Corte Superior, incide a Súmula 83/STJ, aplicável, também, às hipóteses de interposição pela alínea "a" do permissivo constitucional. 4. Ainda que assim não fosse, tem-se que o acolhimento da pretensão recursal exigiria**

Superior Tribunal de Justiça

a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, atraindo o óbice da Súmula 7 do STJ. 5. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão da Presidência desta Corte de fls. 928-929, e negar provimento ao agravo em recurso especial de fls. 905-917 Pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso especial prejudicado. (AgInt no AREsp 1.486.968/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03.09.2019, DJe 10.09.2019) [grifou-se]

Com efeito, o entendimento do Tribunal de piso, no tocante à impenhorabilidade e aplicação da regra de mitigação às verbas de natureza salarial, destoa da jurisprudência desta Corte Superior, merecendo prosperar a irresignação da recorrente para reformar o acórdão recorrido e possibilitar a penhora dos valores que excederem a 50 salários mínimos.

Consigne-se que cabe ao Tribunal de origem, mediante o exame criterioso do caso *sub judice*, ressaltar eventuais particularidades do caso concreto, observando que deverá ser preservado percentual capaz de dar guarida à dignidade do devedor e de sua família.

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial para reformar o aresto recorrido e autorizar a penhora dos valores que excederem a 50 salários mínimos, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator